



Anais da Assembléia

Nº 91

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 1.º DE SETEMBRO DE 1982

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 80ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 1.º DE SETEMBRO DE 1982

QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Lázaro Dumont.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Faviano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Valter Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja dado Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 68/82, que declara de utilidade pública o "Clube das Mães Unidas de Londrina.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1982.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República um apelo no sentido de ser estendido aos Vendedores Autônomos os benefícios concedidos aos taxistas, para a aquisição de veículo automotor exclusivamente destinado ao exercício da profissão.

No apelo em pauta, deve ser encarecida a atenção de Sua Excelência, o Sr. Presidente da República para a identidade de situações existentes entre as duas operosas categorias profis-

sionais, ambas credoras do apoio das autoridades constituídas.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1982.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores para o Pequeno Expediente, para o Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje deparamos com uma notícia publicada pela "Gazeta do Povo" cujo título "COHAPAR faz esclarecimentos sobre a construção de núcleo em Castro".

Ao começar a ler a matéria assustei-me porque conhecia a figura do Sr. José Roberto Pegoraro, Diretor Presidente da COHAPAR, mas eu não o tinha na conta dos homens levianos. Não o tinha na conta dos homens que para bajular o Poder, investem contra um parlamentar. Foi indecência que aquele Diretor fez. Porque Senhores, eu não fiz nenhuma denúncia à imprensa para ser respondido através de um esclarecimento de um homem pago pelo povo para desempenhar uma função de empregado do Governo.

Eu fiz, isto sim, foi um expediente aqui da tribuna, e vou inclusive solicitar à Presidência desta Casa, que me dê conhecimento, se a COHAPAR recebeu ou não, o requerimento que lá chegou, mas que foi aprovado por esta Casa de Leis, pelos seus componentes e pelos seus integrantes.

E quando fiz menção aqui, a respeito do problema do Conjunto Habitacional Padre Piva, na minha cidade de Castro, eu fiz da justificativa do requerimento. E o Sr. Diretor da COHAPAR ao invés de proceder tamanha leviandade deveria ter respondido a esta Casa de Leis.

Deveria ter enviado para cá, resposta a um requerimento, que o Deputado apresentou, mas que do momento da sua aprovação em diante, ele passa a ser um documento desta Casa que tem que ser respeitada.

Apenas para lembrança, no dia 17 de agosto de 1982, apresentei um requerimento vasado nos seguintes termos: "Sr. Presidente".

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça encaminhar o presente expediente à Companhia de Habitação do Paraná, COHAPAR, contendo o seguinte e veemente apelo: considerando as precárias condições das casas entregues pela COHAPAR formando o Núcleo Habitacional Padre Piva na cidade de Castro; considerando que referidas moradias, além de serem construídas com material inferior, apresentam defeitos e falhas, tais como: afundamentos de casas, madeiramento de cobertura com emendas, uso de pregos na cobertura, motivadores de goteiras, pisos da casa cimentado grosseiramente e com rachaduras; considerando, que enquanto as famílias reclamavam melhorias nas casas entregues, mal vencido o sétimo mês de ocupação, já chegam os carnês com novos e aviltantes preços, com prestações sendo reajustadas em até mais de cento e vinte por cento, há um apelo dramático das famílias moradoras no referido imóvel, conforme abaixo assinado anexo, contendo mais de uma centena de assinaturas.

Só posso chegar à conclusão de que o próprio Diretor da COHAPAR também deve ser analfabeto. No sentido de uma solução para o problema é incrível que além do não atendi-

mento dos reparos pleiteados, pouco mais de seis meses após a entrega das casas, as prestações cheguem a sofrer majoração de até cento e trinta por cento.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1982."

Foram anexados inclusive recibos. Um deles cópia do carnê enviado ao cidadão mutuário. Um deles, que conta o caso mais grave o do Sr. José dos Santos e Silva, que pagou na 7ª prestação 4 mil, quatrocentos e cinquenta cruzeiros e teve um aumento na 8ª, para 10.023,32 o que dá um aumento de cento e trinta por cento. E foram juntados os comprovantes.

Pois bem, Srs. Deputados, poderia tudo admitir desde que este cidadão tivesse pelo menos, tido a dignidade de dirigir-se a esta Casa de Leis, à Assembléia Legislativa.

Mas, quero dar-lhe a oportunidade também de ver a matéria inserida no jornal. O esclarecimento por ele prestado. Devidamente registrado nos Anais desta Casa.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. DÁCIO LEONEL — Vou solicitar, a Vossa Excelência quando terminar.

Inicia a notícia do jornal: "A COHAPAR, através do seu Diretor Presidente, José Roberto Pegoraro, está respondendo ao Deputado Dácio Leonel, que em notícia veiculada pela "Gazeta do Povo", na edição de 18 do corrente, fez denúncias a respeito da qualidade das moradias do Conjunto Residencial Padre Piva, na cidade de Castro".

Mais adiante diz o seguinte: é o seguinte, na íntegra, o esclarecimento do Presidente da COHAPAR, a propósito das denúncias do Deputado Dácio Leonel. Entendo por aí, que ele enviou um esclarecimento não para a Assembléia. Ele não toma conhecimento da Assembléia; ele enviou esclarecimento para o jornal. À "Gazeta do Povo". Não sei se o fez também ao "Estado do Paraná" que da mesma forma publicou a matéria e diz na íntegra: — "Sobre recente matéria publicada neste jornal, veiculando acusações feita pelo Deputado Dácio Leonel, contra a COHAPAR, vimos, de público, manifestar nosso protesto face às declarações inverídicas, proferidas pelo parlamentar. "Quer dizer, mentirosa. — "Conforme informações fornecidas pelos moradores do Conjunto Residencial Padre Piva, construído pela COHAPAR na cidade de Castro, objeto das considerações depreciativas feitas pelo Deputado, o Parlamentar esteve, naquela localidade, afirmando ter o Governo Federal liberado verbas para que aquelas moradias fossem edificadas com outro acabamento de qualidade superior ao que foi dado", - fato esse que não corresponde à verdade; isto eu não falei da tribuna e em nenhum lugar. É incrível que este homem, inclusive num posto, que já está provando, não tem nenhuma competência para ali estar, coloque na minha boca, alegações que eu teria feito, porque ele foi ouvir, na minha terra, junto ao meu povo. Mas continua...

"Mesmo na época eleitoral, - continua o esclarecimento do Sr. Diretor da COHAPAR. Mesmo na época eleitoral, não se pode admitir que com o objetivo único de arrebatar maior número de votos, haja a utilização de recursos dessa espécie, por parte de políticos, cuja intenção se evidencia pela natureza de sua atitude. O que o parlamentar tentou, sem êxito, foi enganar os moradores daquele conjunto, incitando-os contra a COHAPAR, no afã desesperado dos que nada fazem de útil.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, solicito a Vossa Excelência que me assegure a palavra. Só concederei apartes quando terminar a minha oração.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está com a palavra o Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Mas notem os Srs. a que ponto de atrevimento, chega o cidadão possivelmente em matéria que deve ter sido, até, quem sabe paga pela COHAPAR. É o fim. Não há nenhuma explicação. E continua: "Podemos garantir que para todos os conjuntos construídos pela COHAPAR, o agente financeiro, no caso o Barco Nacional de Habitação, fiscaliza a obra em vários estágios. No caso específico de Castro, todos os serviços projetados e orçados pelo BNH foram fiscalizados, bem como a qualidade dos materiais empregados. Vale frisar que esses materiais são aprovados pelo BNH, a nível nacional, para construção de casas tipo popular." Só posso chegar à conclusão de que o BNH está então realmente admitindo que as favelas passem a ser a moradia da gente mais humilde, da gente mais sofrida. Porque não há nenhuma explicação em caso contrário. E continua: o que ocorreu em Castro. Bem aí ele começa agora a confessar os erros, é fácil de se aperceber. "O que ocorreu em Castro foi a constatação de problemas de caráter técnico, tanto pela empreiteira como pela COHAPAR. À medida que eram desenvolvidos os trabalhos de construção, contudo, esses problemas foram sendo sanados, assim que eram detectados". Quer dizer, está fácil perceber-se que realmente os problemas foram surgindo, surgiram e lá estão, para se observar que realmente foi uma grosseira porcaria a construção do referido conjunto habitacional.

E continua: "Em consequência, foram feitas redes de esgotos, para grande parte das casas, além da execução de um projeto especial de fundação para as moradias localizadas nas partes mais baixas do terreno". Isto, trocando em miúdos, quer dizer que ele confessa que realmente tinha casa afundando; continuam afundando, ele está confessando.

Continua o Diretor: "Não houve nenhum arranjo, como pejorativamente afirmou o referido Deputado. O que se providenciou isto sim, foi um estaqueamento para as habitações utilizando vigas armadas, elementos não previstos no projeto normal para solucionar o problema do terreno ter pouca sustentação. E a casa que rachou, foram lá e fizeram uma emenda no lado, fizeram um estaqueamento no lado. Quer dizer, é o tal do remendão. Calcule remendar casa popular. É o fim.

Além disso, prossegue o Sr. José Roberto Pegoraro, além disso, atendendo a solicitação da COHAPAR, a construtora contratou uma empresa especializada em fundações para verificar se o trabalho em execução era correto.

Em seguida a COHAPAR, pediu uma avaliação aos seus construtores e a solução dada pela empreiteira foi confirmada como cabível para o caso pelas duas avaliadoras.

Entre outras medidas, a construtora procedeu ainda o aumento de escavações e terraplanagem para permitir a substituição de material com a finalidade de melhorar o suporte do pavimento, assim como realizou a implantação de drenos e galerias de águas pluviais em concreto. Todos esses serviços realizados na época em que se fizeram necessários. É uma confissão pública. Ele confessou publicamente o que foi uma barbaridade o que fizeram com o conjunto habitacional Padre Pivo. A única coisa que ele fez foi aproveitar para me xingar no meio. E continuou o Sr. Pegoraro, com relação ao pavimento das ruas, igualmente não procedem as críticas feitas pelo parlamentar.

O tipo de pavimento adotado foi aprovado simultaneamente pela COHAPAR, BNH e Prefeitura Municipal de Castro. É uma pavimentação de baixo custo que demanda uma manutenção contínua e sua execução foi acompanhada pelo laboratório de empreiteiros do DER, pelo departamento de obras da Prefeitura de Castro e o procedimento adotado considerado como dentro de todas as técnicas normais exigidas para este tipo de serviço.

O asfalto colocado é constituído pelo tratamento superficial duplo, contando com base de arenito e aceito por todos os órgãos fiscalizadores da obra.

Agora ele vai explicar porque é que está rachando, por

que é que já acabou, por que que não tem mais asfalto depois de seis meses. A explicação é curiosa.

Então, ele diz assim. No conjunto de Castro o maior desgaste do pavimento se verifica exatamente onde existe constante tráfego pesado. Em primeiro lugar, não tem nenhum tráfego pesado. O único tráfego pesado é o povo que passa pesado de sofrimento, pesado de angústia. Não tem outro peso.

Cita então, o ônibus, dizendo, além do peso dos ônibus que servem a localidade. Dá a impressão de que tem um monte de ônibus. Um ônibus que faz o trajeto. Há o derramamento de óleo diesel. Então, a culpa é que derrama óleo diesel sobretudo nas curvas. Então, um ônibus muito velho derrama óleo nas curvas e o problema não é mais da COHAPAR. É do óleo diesel que faz. Ah, já entendi. Eu não havia entendido ainda quem era o responsável. E que acaba causando a corrosão do revestimento, uma coisa normal nos locais onde transitam esses veículos.

Quer dizer, costuma acontecer corrosão em asfalto nos locais onde transitam ônibus antigos que derramam óleo diesel. Está feita a explicação.

Continua. Cumpre destacar também, que de acordo com os contratos existentes para a construção de conjuntos residenciais, as empreiteiras são obrigadas a manterem equipes de reparo e manutenção, mesmo depois de concluídas as obras.

Quer dizer, continua confessando que vão dar um jeitinho na buraqueira.

Toda casa, continua dizendo o senhor Diretor-Presidente da COHAPAR, toda casa é atendida com a reparação de possíveis defeitos desde que os moradores façam a solicitação à COHAPAR e esse trabalho é acompanhado de perto por nossos escritórios regionais. Por outro lado, a construtora responde durante 5 anos após a entrega da obra pelos problemas que possam surgir, colocando em risco a estrutura das habitações".

Então, estamos entendendo, tem que reclamar para que a COHAPAR vá lá e ponha em ordem a bagunça.

(Continua lendo) "Neste sentido, há cerca de 2 meses, prossegue o diretor, - a empreiteira realizou atendimentos a mutuários que formalizaram pedidos junto à COHAPAR, comprovando a atenção que tem sido dada a solicitação dos moradores". Então, mais uma vez ele cai em contradição, porque está dizendo que "há cerca de 2 meses ela realizou atendimentos a mutuários", é porque ela confessa que há dois meses atrás também ela encontrou problemas, ou foram denunciados problemas do conjunto. Então não tem nada de inverídico.

E continua: (Lê) e quanto à utilização de pregos - vamos chegar na faixa dos pregos, aquela cobertura que eu disse aqui, tipo "Brasilit" ou coisa parecida com preguinho em cima, que afrouxa um pouco com o vento e ficam as goteiras nas casas, ao invés do parafuso. Então, prestem atenção na explicação do Sr. Diretor-Presidente: (continua lendo) "Quanto à utilização de pregos na fixação do telhado, podemos assegurar que foram seguidas as especificações fixadas pelo fabricante das telhas de fibro-cimento, constante em seus respectivos catálogos, na época da construção. A cobertura das casas foi acompanhada pelos técnicos das próprias fábricas das telhas, visando perfeita execução.

"A estrutura do telhado, em madeira, que necessita de emendas em locais previamente determinados, como ocorre em todos os conjuntos projetados pela COHAPAR, em todo Estado, sendo que este sistema é aceito pelo BNH, dentro dos padrões de habitação de baixo custo". Quer dizer então que o BNH aceita, faz o favor de aceitar as emendinhas, o tipo de telha, dentro das habitações de baixo custo.

Então, vejam os senhores que realmente o que se pretende neste País, e se tem feito mesmo, o pobre tem que ser pobre até na sua habitação mais miserável possível.

E continua: ("Lê). Os pisos seguem a mesma padronização dos projetos aprovados pelo BNH em cimento alisado

e desempenado, obedecendo as normas determinadas para este serviço.

Deve-se destacar também que o percentual de reajuste..." Bom, do piso ele falou pouquinho, só fez aquela expressão, não entrou em maiores detalhes, mas é só ir lá e verificar as casas. Ele explicou então que tem que ser assim. Quer dizer, então, que este é o modelo, é o tipo que a COHAPAR realiza, ou as empreiteiras por ela contratadas, e que tudo está dentro do plano do BNH. Pobre tem que ser pobre.

Depois, faz uma observação: "Deve-se destacar também que o percentual de reajuste das mensalidades não foi de 130 por cento, como disse o Parlamentar, em seu infeliz pronunciamento".

Então, ele disse que eu tive um pronunciamento infeliz, que não houve o reajustamento dos 130 por cento, quando anexei no meu requerimento um xerox do carnê do Sr. José dos Santos e Silva, e provei pelo documento anexado, que o Sr. José pagou a sétima prestação no valor de Cr\$ 4.450,00, e que a oitava lhe foi enviada no valor de Cr\$ 10.023,32, o que, na minha conta, dá os 130 por cento. Então vejam os Senhores, que até nisso... bem, ele não deve ter recebido o expediente, ou se recebeu, não leu, ou se não leu, alguém escreveu por ele a resposta. Não há explicação. Continua o Sr. Pegoraro:

"Os atuais moradores têm em mãos uma opção de compra e pagam à COHAPAR uma taxa de ocupação, enquanto é aguardada a liberação do plano definitivo de vendas por parte do BNH".

Esta é outra malandragem grosseira que se faz contra o operário, contra o trabalhador. A tal taxa de ocupação não é o valor. Então, o cidadão entra a pagar quatro mil cruzeiros, cidadão comum, um operário, assinou o documento, está com a sua casinha, mas é uma taxa de ocupação, dentro daquelas especificações todas do contrato, para depois dizerem que não, que era só uma taxa de ocupação.

Isso já é um indício cabal, indiscutível, da aquisição do imóvel. Ou será que depois de seis, oito meses, vão lá retirar o cidadão, quando lhe entregaram um imóvel para nele habitar? Foi feita a entrega legítima. Não há desculpa, não há explicação.

E continua dizendo: "As quantias pagas a título de taxa e ocupação serão abatidas do custo definitivo dos imóveis, com correção monetária, quando da assinatura dos contratos de Compra e Venda, ocasião em que será iniciado então o financiamento propriamente dito".

"Com referência aos valores das mensalidades, temos a informar que a COHAPAR iniciou a comercialização das casas em agosto de 1981. E os valores das taxas de ocupação eram os seguintes:

Casa pequena, com 32,40 metros quadrados, quatro mil e quatrocentos e cinquenta cruzeiros;

Casa grande, 47,19 metros quadrados, cinco mil, novecentos e vinte cruzeiros.

Até junho de 82, as taxas de ocupação mantiveram-se inalteradas..." ele faz uma observação de que a comercialização foi feita em agosto de 81. E eu provei com os documentos anexados, que naquele período, vencimento de julho, todos estavam pagando a sétima, indo para a oitava prestação.

Não entendi bem qual é a comercialização que ele fala para regredir a agosto, para tentar em cima daqueles que receberam imóveis no fim do ano, já sofreram um reajuste de quase cem por cento, exatamente no sétimo mês em que adquiriram os imóveis.

Mas prossegue: "Até junho de 1982, as taxas de ocupação mantiveram-se inalteradas, quando então foram reajustadas com base na variação da UPC, no período de agosto de 1981, a julho de 1982, a qual foi de 89,03 por cento".

Não encontrei nenhum dos reajustes que vi taxa igual a

89,03 por cento. Vai ver que a COHAPAR acabou fazendo com que carnês fossem encaminhados indevidamente para o conjunto referido, em Castro.

Com os reajustes, as taxas de ocupação passaram a ter os seguintes valores:

Cr\$ 8.275,44 para as casas pequenas;

Cr\$ 10.851,87 para as casas grandes, representando um percentual de aumento da ordem de 85,96 e 83,30 por cento, respectivamente.

Como se pode observar, os reajustes ficaram abaixo dos 89,03 por cento previstos, sendo reduzidos ainda mais com o benefício fiscal concedido a partir de julho deste ano, o que representa um desconto de 705 cruzeiros em cada prestação.

Ora, Srs. Deputados, este aspecto foi o de menor importância, que abordamos, porque o que dissemos é que, num período, quando o cidadão está chegando ao oitavo mês, já recebe um valor para pagar acima do dobro do que pagava.

E estávamos reclamando que durante os meses que decorreram até então, a luta de cada um foi fazer o forro, que nenhuma casa tem, e nenhuma observação o Presidente da COHAPAR fez com referência ao forro. Disse daqui: "nenhuma casa foi entregue com forro". NENHUMA. Eles não contestaram, não disseram nada, se são forradas ou não.

Por não serem forradas é que me foi possível verificar e observar que a parte de cobertura, a armação, era toda feita de emendas.

Seria interessante até, que a própria imprensa desse um pulinho a Castro, porque nem todos, alguns, forraram as casas, então que a imprensa fosse lá tirar umas fotografias da rua e ver a buraqueira que lá está, verificar se as armações são ou não o que estamos dizendo da tribuna, verificar se há goteiramento ou não. Mas que brincadeira é esta?

E continua o Sr. Pegoraro:

"Tendo em vista as acusações feitas pelo Deputado, a COHAPAR enviou seus técnicos ao Conjunto Pedro Piva, a fim de verificarem a procedência das denúncias, uma vez que não tinha conhecimento de nenhuma anormalidade. Na oportunidade, não houve comprovação daquilo que havia sido levantado e inclusive, nenhum morador se mostrou desesperado com possíveis problemas graves nas habitações, como chegou a destacar o Parlamentar".

É um artista, mesmo.

Mas eu vou voltar com este assunto numa das próximas sessões, inclusive se possível for, sou capaz de trazer os habitantes das casas populares aqui, e vou convidar o Diretor-Presidente da COHAPAR para vir "bater um papinho" com eles, para ver o drama que esse povo está sofrendo, e quando um Deputado vem à tribuna para defender o miserável que está numa casinha popular muito mal feita e com esta violência de aumentos, o que acontece? Um diretor de uma Companhia, ao invés de procurar tomar as providências e resolver o problema, não. Ele vai usar a imprensa, diretamente, para tentar ofender os Parlamentares, e mais do que isto, ofender a Assembleia Legislativa do Paraná onde foi apresentado um requerimento; o que ele deveria, isto sim, era dar ciência e resposta a esta Casa de Leis, mas o maroto vai à imprensa, lá é que ele vai desabafar para tentar, utilizando expressões levianas, tentar comprometer a dignidade de um Parlamentar, inclusive dizendo que eu fui a Castro para fazer política no Conjunto.

Ora, Senhores, sou natural de Castro, lá tenho propriedades, tenho minha família, minha irmã, toda a minha família, e mais do que isto, tenho os meus amigos.

De lá se o Sr. Pegoraro não sabe — eu saí com 6.489 votos na última eleição, depois de ter tido 3.200 na primeira. Parece que é uma demonstração de que o meu povo não é o que o Sr. Pegoraro está pensando.

E ele conclui para dizer, observem, Senhores:

"Por isso só podemos classificar a atitude do ilustre

Deputado, como uma maneira oportunista de tirar proveito político, indo ao local e dedicar-se à desinformação com relação aos moradores, segundo declarações dos próprios habitantes daquele conjunto.

A COHAPAR por várias vezes já foi alvo de denúncias levianas como esta, por parte de pessoas que visam somente o interesse próprio, que, para alcançarem os seus objetivos, lançam críticas infundadas, distorcendo a realidade junto àqueles menos esclarecidos".

Esta foi a matéria publicada hoje pelo jornal "Gazeta do Povo". E devo confessar aos Senhores: se eu vim à tribuna para abordar este assunto, para dar oportunidade de que esta matéria, de que estas expressões do Sr. Diretor-Presidente da COHAPAR pudessem ficar no registro dos Anais desta Casa, eu o fiz lendo a matéria e tentando uma por uma das acusações, a devolvê-las, mas concluo, Sr. Presidente, dizendo da minha profunda tristeza; ele poderia prestar todas as informações à Assembleia Legislativa do Paraná, mas nunca através da imprensa. Tachar um Deputado de leviano ou de declarações inverídicas. Mais na frente, estamos preparando documentação. O Sr. Pegoraro aguarde um pouquinho. Vai ter a resposta que merece, mas da tribuna desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) No horário reservado ao PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, acreditamos que todo homem público está sujeito eventualmente a incorrer em erro e a cometer injustiças, mas também acreditamos que, quando isso ocorre, o homem público tem o dever de vir a público reconhecer o erro e corrigir a injustiça praticada.

É exatamente por isso que estamos aqui neste momento, queremos nos penitenciar por uma injustiça que cometemos contra o Governo do Inclito General de Reserva, Ney Aminthas de Barros Braga.

Acreditamos que os Srs., como nós, devem ter visto, em debates pela televisão, jornalistas desafiando homens do PDS a citarem uma única obra de expressão do Governo Ney Braga sem obter uma resposta satisfatória. Muitos dos Senhores também devem ter visto um balanço fornecido pelos computadores do Senado, dando conta de que o Sr. General Ney Braga, quando Senador, limitou-se a fazer três ou quatro discursos necrológicos sem jamais tomar qualquer iniciativa em defesa dos interesses do Paraná.

Com certeza, Sr. Presidente, e os Srs. Deputados também devem ter tomado conhecimento de acusações feitas ao General Ney Braga por não haver, quando Ministro da Educação, tomado a iniciativa de federalizar as nossas três Universidades estaduais, enquanto o seu antecessor, Tarso Dutra, federalizou todas as Universidades do Rio Grande do Sul.

Em função de tudo isso, formamos a convicção de que o Sr. Ney Braga tem sido um péssimo político e pior administrador.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. FIORI LUIZ — Dentro de instantes, nobre Companheiro Gabriel Manoel.

Pior administrador e que não fez, em sua última passagem pelo Governo do Estado, uma única obra digna de ser citada, e é este o erro que queremos corrigir.

Lendo o jornal "Diário do Paraná", do último domingo, tomamos conhecimento de uma importante obra do Governo Ney Braga que vinha até então, sendo ignorada. Acreditamos que, por uma questão de justiça, a sua autoria deva ser lembrada.

Todos os Senhores devem estar sabendo da polêmica que

se estabeleceu em torno da construção de um prédio para o Fórum de Curitiba, na Praça do Centro Cívico, mas provavelmente não sabem de quem é a culpa pela existência do problema. É uma obra do Governo Ney Braga.

Se hoje essa maravilhosa praça onde milhares de crianças e jovens podem brincar e praticar esportes está ameaçada em sua integridade territorial, isso se deve ao Governo Ney Braga. Foi ele, quem pouco antes de deixar o cargo, determinou o local onde o Judiciário deveria construir seu prédio, preocupado provavelmente em fazer média com Juízes e Desembargadores, ou então perdido no tempo, imaginando talvez que ainda estivéssemos nos tempos da implantação do Centro Cívico, quando não havia necessidade de áreas de lazer, pois pouca gente morava deste lado da cidade, ignorando as necessidades de milhares de jovens e crianças, ignorando o direito que a comunidade tem de contar com áreas livres para suas atividades de lazer, o Sr. Ney Braga simplesmente deu a Praça ao Judiciário.

Qualquer semelhança com o Sr. Moisés Lupion, a quem Ney Braga acusava de lotear praças, é mera coincidência.

Não parou um instante o Sr. Ney Braga, para ver se aquela era realmente a melhor solução, ou se não existiriam soluções mais adequadas que não implicassem em mutilar a praça, estava mesmo encerrando sua passagem pelo Palácio Iguaçu e a bomba iria estourar em outras mãos. Autorizou a obra e foi embora.

Depois de mim, o dilúvio deve ser a divisa daquele governo de triste memória. Este homem, que tanto gosta de falar em lealdade, quando é para cobrá-la dos outros, não pensou nem mesmo na lealdade que deveria ao seu sucessor, o Dr. Hosken de Novaes, tanto que, mesmo não sendo um político radicado em Curitiba como é o Sr. Ney Braga, mesmo não tendo sido prefeito em Curitiba, como foi o Sr. Ney Braga. Hosken de Novaes soube avaliar a importância daquela praça, soube ser sensível aos apelos da comunidade, e apressou-se em tentar corrigir o estrago — para a gente não usar outra palavra pouco regimental — de seu antecessor.

Determinou a realização de novos estudos em busca de opções que permitisse atender a justa solicitação do Judiciário de um prédio para o Fórum de Curitiba, sem danificar irremediavelmente a praça que é do povo. Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a grande realização política do General Ney Braga. E agora o Governador Hosken de Novaes está sendo obrigado a ir apelar ao Judiciário para que abra mão de um local onde já foi autorizado pelo Sr. Ney Braga a construção de tal obra.

Aí está, Sr. Presidente, a obra do Governo Ney Braga, que fomos ignorando, mas que fazemos questão de registrar. O Sr. Ney Braga não se limitou a deixar um Estado quase falido para o seu sucessor administrar, ele também autorizou a construção de um prédio em cima da praça do Centro Cívico e criou um grave embaraço para o Governador e também para o Desembargador Presidente do Tribunal.

Resta esperar, Sr. Presidente, que os eleitores que integram a Praça do Centro Cívico, não se esqueçam disso no dia 15 de novembro. Como os funcionários públicos dos três Poderes, certamente não se esquecerão de quem foi que deixou o Paraná em Estado de quase insolvência, sem condições de oferecer aos seus servidores um aumento que sequer se aproxima do aumento real do custo de vida.

Como todos os paranaenses, com certeza, não se esquecerão de dar um basta a esta situação, pois todos estão conscientes de que, efetivamente, chegou a hora de mudar. E eu forneço um aparte ao brilhante companheiro, Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Agradeço pelo brilhante.

Só queria dizer a Vossa Excelência que, infelizmente, o Paraná tem três Senadores que até hoje nada fizeram também.

E queria que Vossa Excelência discorresse sobre os benefícios de um biônico que traiu o seu partido e dois senadores que foram por obra do acaso, eleitos pelo Paraná e o que trouxeram para o Paraná?

Vossa Excelência, dentro da sua juventude, tem razão em falar de Ney Braga, mas esta obra do Centro Cívico, Deputado Fiori Luiz, foi uma obra do grande Governador Bento Munhoz da Rocha.

Saiba Vossa Excelência que esta obra foi estruturada quando o pessoal não acreditava no Centro Cívico. Vossa Excelência debita a Ney Braga, Vossa Excelência debita e com razão, por que? Porque é uma demagogia que Vossa Excelência tem direito de fazer, são os cantos da sereia que temos na ante-véspera das eleições. É o desespero do povo que está desmilinguindo, do povo que nada trouxe para o Paraná, Deputado Fiori Luiz.

Queria que Vossa Excelência, neste instante, me permitisse este aparte, e agradeço a Vossa Excelência e dissesse ao Paraná o que o Senador biônico trouxe ao Paraná? O que trouxeram os dois Senadores que levaram os votos e empacotaram em seus bolsos e estão hoje fazendo demagogia, com um falso messianismo? O que trouxeram ao Paraná os três senadores? O que trouxeram, Deputado Fiori Luiz, ao Paraná, os homens que vão salvar a nossa Pátria?

O SR. FIORI LUIZ — Dignidade, seriedade e honestidade, representam mais do que obras públicas, nobre Deputado.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado, se o Sr. permitir eu complemento o meu aparte, e se não permitir eu me calo.

O que trouxeram ao Paraná os homens que há oito anos, dois eleitos pelo povo e um biônico que traiu os seus companheiros? Um traidor que hoje está contra nós. Qual foi o benefício que trouxeram ao Paraná, Deputado Fiori Luiz, dentro da coerência? Nós podemos ir para as urnas e nos cotejar. Vossa Excelência trabalhou pelo seu município, nós trabalhamos pelos nossos. Eu só faço uma pergunta: o que o Sr. José Richa e seu Affonso Camargo, o que o Sr. Leite Chaves trouxe ao Paraná?

Diga-me alguma coisa em benefício, mas diga alguma coisa de benefício que trouxeram, e eu renuncio ao meu mandato.

O SR. FIORI LUIZ — O Paraná dará a resposta no dia 15, nobre Deputado, o Paraná é que dará a resposta a Vossa Excelência. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta a Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Consulta a Liderança do PTB.

Havendo declinado, no horário reservado ao PDS, concedo a palavra ao nobre Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, com o devido respeito aos Srs. Deputados e aos oradores que me antecederam, principalmente o Deputado Dácio Leonel, que talvez agora esteja ausente, ele discorreu sobre Pegoraro, só que ele esqueceu de dizer que Pegoraro, com suas faltas, foi um homem indicado pelo chefe, Deputado Dácio Leonel, Jayme Canet Júnior. Este homem indicou Pegoraro para continuar e Ney Braga deixou Pegoraro, respeitando Jayme Canet. Então, se Jayme Canet não tem condições de indicar um chefe da COHAPAR, o Sr. Dácio Leonel, não tem condições de vir à tribuna para se revoltar contra o seu chefe.

O Dr. Pegoraro foi um homem que toda vida lutou e pautou pela assertiva de orientar a COHAPAR. Agora, esqueceu o Sr. Dácio Leonel de dizer que Pegoraro é cria de Canet. Se Pegoraro está errado, Canet também está errado. Se Pegoraro

está errado Canet está errado também em indicar outro candidato que é problema seu. Então o Sr. Dácio Leonel devia vir à tribuna e dizer que o filho se revoltou contra o pai, porque Canet hoje põe Pegoraro lá do outro lado.

E vem agora o Sr. Dácio Leonel com aquela sua retórica bonita dizer que o Sr. Pegoraro não presta. Quem não presta foi quem indicou Pegoraro. E quem indicou Pegoraro foi o Sr. Jayme Canet Júnior.

É isto o que o Paraná precisa saber, que Pegoraro é um homem que merece a nossa confiança, um homem que merece a nossa confiança porque foi indicado por Jayme Canet Júnior. Queria que o Sr. Dácio Leonel estivesse, neste momento, para eu dar a oportunidade a ele que ele me deu no aparte e queria dizer também ao Sr. Deputado Fiori Luiz que o problema do Centro Cívico, Deputado Fiori Luiz, foi apenas obra do ilustre e saudoso Bento Munhoz da Rocha Neto, Governador que fez pelo Paraná o que muitos Governadores não fizeram. E o paralelo que Vossa Excelência faz entre Governador Moysés Lupion e Governador Ney Braga, me parabeno com Ney Braga, porque Lupion também foi Governador do Paraná.

O Sr. Palácios — Permite-me um aparte? (Assentimento).

Ouvi atentamente o pronunciamento do nobre Deputado Dácio Leonel e com relação às prestações, muito embora não tenha procuração para defender ninguém, mas por uma questão de justiça, porque fiz uma consulta àquela companhia, porque o mesmo problema das prestações acontecia em outros núcleos e os esclarecimentos eram de que as prestações, nos primeiros meses, eram calculadas sobre o preço inicial da obra. Porquanto a companhia só após o contrato assinado em termos finais é que aparece o valor real da obra e, por isto mesmo, quando o mutuário tinha autorização para ocupar a casa, ele assinava apenas o termo de compromisso. Após um período de cinco a sete meses é que estas prestações são calculadas sobre o valor real da obra. Por isto é que elas sofrem, logo após seis meses em média, um pequeno acréscimo na ordem de 10%, que é a avaliação do valor inicial e o valor final da obra. Após isto, estas prestações sofrerão apenas os reajustes anuais, que são do conhecimento de todos.

Neste particular, é que queria fazer este esclarecimento, porque poderia parecer que as determinações do BNH não estejam sendo cumpridas pela Companhia de Habitação do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Agradeço a Vossa Excelência o seu aparte que veio nos orientar e orientar ao Paraná, Deputado Palácios. Queria, Deputado Palácios, que o Deputado Dácio Leonel soubesse que o Dr. Pegoraro, graças a Deus, está fazendo parte da equipe do Governo Ney Braga, hoje do Governo Hosken de Novaes. E, graças a Deus, foi rescaldo que o Governador Jayme Canet nos deixou. Foi algo de bom que ele nos deixou. O Sr. Dácio Leonel não reconhece porque não quer reconhecer.

Agora, se ele acha que se o Canet erra em indicar os seus auxiliares diretos, ele que vá dizer para o Sr. Canet! Porque o problema é o seguinte: o Sr. Pegoraro fez parte do esquema do Governador que hoje é chefe do Sr. Dácio Leonel. Cinco anos.

Também diria ao Deputado Fiori Luiz que temos três Senadores no Paraná que desafiam o Deputado dentro das normas, dentro do complexo normativo, da ética parlamentar, que traga ao Paraná o que fizeram estes biônicos, o que fizeram pelo Paraná, o que aprovaram em benefício do Paraná. O Sr. José Richa... O Sr. Leite Chaves... "Apenasmente", — como diz Odorico Paraguassu, ele tirou Cristo de seu gabinete. Foi o único ato louvável que Leite Chaves fez. Agora o resto foram atos pálidos, transitórios, recebendo seus vencimentos sem ir lá participar para trazer benefícios ao seu Estado, embora o Estado faça parte de uma situação.

Que trouxe esta gente, Deputado Palácios, ao Paraná?

Oito anos de traição ao povo. Oito anos de falso messianismo. Que venham às tribunas, a esta tribuna de honra que o povo nos trouxe e digam ao Paraná qual o benefício que trouxeram estes três Senadores. Um biônico que trai seu povo... porque a traição é a pior coisa que existe, Deputado Palácios. Um biônico que trai seu povo, um Governador biônico que não correspondeu com a verdade e se vendeu para a Oposição, um Governador que eu defendi, desta tribuna, que hoje nos hostiliza, os vendilhões da corte, que fizeram pelo Paraná, Deputado Palácios? Que fizeram, Sr. Presidente, e imprensa do meu Paraná? Três Senadores, que trouxeram em oito anos para o Paraná? Deveriam ter vergonha, meus companheiros, de defender esses homens; de falar de Ney Braga, que se Ney Braga fez errado algo, fez muito certo, que defendeu o Paraná. O que fez o Sr. José Richa, pelo Paraná? O que fez o Sr. Leite Chaves? O que fez o Senador Biônico que nos traiu? Agora esses homens estão mancomunados, para mais um assalto ao Paraná. É isto que nós temos que dizer ao povo, que digam, Deputado Fiori Luiz, o que esses Senadores trouxeram de bom ao Paraná? Oito anos, Deputado Fiori Luiz. Agora, o canto da sereia, Deputado, é muito bonito. Digam que eu lhe dou o aparte, Deputado, pode dizer, eu quero que Vossa Excelência o que esses Senadores trouxeram ao Paraná. O Biônico e os dois traidores.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento)

Nobre Deputado Gabriel Manoel, acho que neste nível não dá para a gente debater.

O SR. GABRIEL MANOEL — O nível é de Vossa Excelência, não é, Deputado?

Quero que Vossa Excelência apresente algo que venha de bom para o Paraná.

O Sr. Fiori Luiz — É só o cidadão que lê um mínimo, que lê um pouco, se atualiza, sabe o que representou a presença do Senador José Richa no Congresso Nacional, sabe o que representou Leite Chaves, no Congresso...

O SR. GABRIEL MANOEL — Mas para o Paraná nada, Deputado.

O Sr. Fiori Luiz — Mas agora, do Governador Ney Braga, é muito simples, a passagem dele está resumida em quatro laudas, dos quais vinte e cinco requerimentos, de votos de pesar por falecimentos. Quer dizer, o Paraná conhece, o Paraná sabe. Agora, com relação a tomar o Paraná de assalto, eu acho que dia 15 este Estado vai dar a demonstração do que representa o caciquismo do Sr. General Ney Braga; o que representou nesses 20 anos, de corrupção neste Estado, de Coronelismo, de mandonismo; o homem que incendiou o Estado do Paraná...

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência está mentindo.

O Sr. Fiori Luiz — O homem que dividiu este Estado com essas hidroelétricas, esse homem é responsável por um milhão de "bóias-frias" no Estado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Isso é mentira de Vossa Excelência.

O Sr. Fiori Luiz — O Paraná inteiro sabe, nobre Deputado. O Paraná conhece a história do General Ney Braga, o General de pijama, Ney Braga, o Paraná conhece a história dele: a história de corrupção, 94 familiares em cargos importantes do Estado. Ele loteou entre sua família, esse Estado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Peço que me assegure a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Fiori Luiz — Ney Braga já é um defunto, só falta enterrar. Já é um defunto para o Paraná, com todo o respeito que temos.

O SR. GABRIEL MANOEL — Defunto para Vossa Excelência. Vossa Excelência está trepudiando sobre os homens do Paraná.

O Sr. Fiori Luiz — Tripudio sobre os homens corruptos. **O SR. GABRIEL MANOEL —** Vossa Excelência concorda que

corruptos são os seus Senadores que na da fizeram pelo Paraná. Deputado Fiori Luiz. Corrupto é o Governador da Guanabara, o único Governador do PMDB que está bancando o comunista, Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz — Mas estou falando do Paraná. E o Paraná dará a resposta ao General de Reserva, Ney Braga, no dia 15 de novembro.

O SR. GABRIEL MANOEL — E nós viremos aqui para dizer a Vossa Excelência que nós estaremos aqui.

O Sr. Fiori Luiz — Daremos a aposentadoria compulsória ao Sr. Governador e ao candidato dele, que está aposentado. Foi aposentado aos 36 anos de idade, com 35 anos de serviço. Com um ano de idade mamava na teta da mãe e na teta do Governo. Com um ano de idade. Nós daremos, o povo dará a aposentadoria a Ney Braga no dia 15 de novembro; o Paraná conhece a história desta gente.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, assegure-me a palavra, por favor.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está com a palavra o Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — O Deputado está muito nervoso e ele não sabe dar a resposta; porque o pior surdo é o que não quer ouvir e o pior dos cegos é o que não quer enxergar. Eu pedi uma resposta, Deputado Fiori Luiz, o que fizeram, Leite Chaves, José Richa e o biônico traidor.

O Sr. Fiori Luiz — Os três, não vamos citar os três; vamos citar um. O que será o Senador do Paraná de 37 anos, Álvaro Dias. Um potranquinho novo, que vai derrotar este pangaré velho nas urnas.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre Deputado que está com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. MÁRIO CELSO (Pela ordem) — Sr. Presidente, gostaria de saber qual é o tempo que o Deputado Gabriel tem na tribuna?

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Todos os Deputados que falam no Horário da Liderança, têm 20 minutos. E o nobre Deputado Gabriel Manoel tem mais 10 minutos para concluir.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, é só por causa do cronômetro.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Presidência está observando o cronômetro aqui. Está com a palavra o Deputado Gabriel Manoel, que tem mais 10 minutos.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, esta interrupção do Deputado Mário Celso, gostaria que descontasse do meu tempo. Porque eu estou aqui meio complicado.

O SR. MÁRIO CELSO — Gostaria de avisar ao Deputado Gabriel Manoel que o problema da solicitação de tempo, é porque eu estou no exercício da Liderança do Partido, então por isso que me atenho ao cronômetro. E como vi o cronômetro marcando errado, faço esta intervenção, acredito que dentro do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao Sr. Deputado que está atenta ao cronômetro e está com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. MÁRIO CELSO (Pela ordem) — Continuo ouvindo as besteiras do Deputado, então.

O Sr. Dácio Leonel — Sr. Deputado, permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Vou permitir após.

O Sr. Dácio Leonel — Vossa Excelência fez menção ao meu nome várias vezes.

O SR. GABRIEL MANOEL — Fiz menção, mas Vossa Excelência foi ligeiramente delicado e eu vou retribuir, então. Vossa Excelência, hoje, não vai ter meu aparte.

O Sr. Dácio Leonel — Então Vossa Excelência menciona o meu nome e não me concede um aparte.

O SR. GABRIEL MANOEL — Apenas mencionei seu nome dentro daquela amizade que nós temos Deputado e que Vossa Excelência esqueceu que Pegoraro, apenas para rememorar, Deputado Dácio Leonel, mais uma vez eu quero mencionar seu nome, se assim Vossa Excelência me permite, que Pegoraro é cria de Jayme Canet Jr. e Jayme Canet Jr. é seu chefe hoje.

O Sr. Dácio Leonel — (aparte) — Era o seu deus ontem. Queria só lhe fazer uma pergunta, prometo que não passo de um minuto. Um minuto Vossa Excelência me concede?

O SR. GABRIEL MANOEL — Dou-lhe o aparte depois que completar o meu raciocínio, porque desse jeito...

O Sr. Dácio Leonel (aparte) — Vossa Excelência não quer ouvir a pergunta?

O SR. GABRIEL MANOEL — Não quero, como Vossa Excelência não quis ouvir a minha pergunta.

O Sr. Dácio Leonel (aparte) — Então eu vou me retirar.

O SR. GABRIEL MANOEL — Então se retire que depois nós conversaremos lá fora.

Sr. Presidente, então queria apenas dizer ao Deputado Dácio Leonel, que ele está aqui ainda, que Pegoraro é uma cria de Canet Jr. E se Canet Jr. erra nas suas crias, nós não temos culpa.

Isso, é um problema que não está afeto ao nosso raciocínio. E que dizia o Deputado Fiori Luiz, que ele foi muito feliz em sua observação, só que ele foi infeliz em não dizer o que que fez José Richa pelo Paraná. O que que fez Affonso Camargo Neto e o que que fez Leite Chaves.

É isto, Sr. Presidente, é isto meu Paraná e é isto minha gente que apenas eu queria dizer que Ney Braga talvez tenha algo de negativo, mas, tem oitenta por cento de positivo.

Tem, Deputado Fiori Luiz, um Governador como teve Jayme Canet indicado por Ney Braga, que fez a infra estrutura do Paraná. Um homem que Ney Braga escolheu e colocou como seu Governador, que hoje Vossas Excelências estão se aproveitando deste fruto que foi Ney Braga.

Ney Braga que trouxe Jayme Canet. Ney Braga que quando Canet levantava o telefone tinha as suas verbas destinadas ao Paraná.

É isso que nós não podemos esquecer. É isso que o Sr.

Canet não pode esquecer e tem que dizer esquecendo as quisnhas políticas que foi Ney Braga com seu Secretário dos Transportes, Osiris Guimarães, que fez as estradas do Paraná, que fez as várias rodoviárias, que levou o Paraná a fazer a sua exportação para esse grande povo do Paraná. Que professou o Deputado Fiori Luiz. Problema político é outro problema, Deputado Fiori Luiz.

Era Jayme Canet que levantava o telefone e recebia as verbas que Geisel e Ney Braga lhe davam. As verbas para serem aplicadas em benefício de nosso povo.

Esquecem Vossas Excelências que naquela época Ney Braga era Ministro e homem de confiança de Geisel. Esquecem Vossas Excelências que sabiamente Ney Braga escolheu Jayme Canet para governar o Paraná. Esquecem Vossas Excelências e seus companheiros de bancada, que Jayme Canet só fez um belo governo porque vieram para cá carregados por Ney Braga e Geisel e por Osiris Guimarães, o dinheiro e a infra estrutura para as estradas do Paraná.

É isto a injustiça e o povo há de clamar por justiça e Vossa Excelência me deve, deve ao Paraná, Deputado Fiori Luiz, apenas uma verdade, o que fizeram os 3 Senadores, um biônico traidor e 2 Senadores que usurparam o direito do povo e até agora nada fizeram pelo Paraná.

Eu vos digo, Deputado Fiori Luiz, com pena de nós debatermos mais uma vez, traga algo de concreto e palpável, que trouxeram os 3 Senadores de Vossa Excelência para o Paraná. Uma votação a favor do Paraná e depois eu me calarei para sempre, e voltarei aqui, para defender o meu companheiro, para defender o grande Governador Ney Braga, um homem que lutou pelo Paraná, um paranista autêntico, um paranista que não trai.

Que direito tinha o Sr. Affonso Camargo de trair o nosso Partido? Que direito tinha o Sr. Canet Júnior, um homem que foi indicado pelo Sr. Ney Braga, de nos abandonar?

Fique com ele, mas fique com a verdade, fique com a verdade e nos diga, Deputado Fiori Luiz, eu lhe concedo um aparte, para Vossa Excelência dizer em pé, a verdade: o que trouxeram os seus 3 Senadores para o Paraná?

O Sr. Fiori Luiz — Eu poderia responder quantos parentes do Governador Ney Braga estão em cargos importantes no Governo, hoje? 94.

O SR. GABRIEL MANOEL — Muito obrigado. Vossa Excelência deu a resposta do que os 3 Senadores trouxeram ao Paraná: zero, zero. E o Paraná talvez há de ser mais uma vez, Deputado Fiori Luiz ...

O Sr. Fiori Luiz — O Sr., como homem público, como Deputado atuante que o é, um homem esclarecido, um homem que lê...

O SR. GABRIEL MANOEL — Talvez eu não leia, mas, mesmo assim, a traição ao povo... (esgotado o tempo).

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 103/81, que autoriza a realização de plebiscito, na área descrita, do Município de Guaraniáçu, para a respectiva população decida sobre a criação do Município de Campo Bonito.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 103/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Guaraniáçu, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de CAMPO BONITO:

Como ponto de partida, começa junto à BR-277, encruzilhada que conduz ao Distrito de Guaporé, antiga estrada da Fundação Instituto de Terras e Cartografia, próximo da Cooperativa "Camilas", seguindo pela mesma estrada até alcançar o povoado de Bandeira à margem da mesma rodovia, seguindo por linha seca pelo travessão de medição entre os Lotes Rurais n.º 12 e 15 da Gleba 16 com rumo de 79.º 42' SE na distância de 3.050 metros, até alcançar a margem do Rio Bandeira, descendo por este rio no seu leito, até alcançar o Rio Piquiri; seguindo pelo Rio Piquiri até alcançar a Foz do Rio Tourinho, divisando com o Município de Corbélia, subindo pelo Rio Tourinho até sua própria nascente, continuando através do Riacho Ano Novo até sua nascente e daí por linha seca até alcançar a Rodovia BR-277, prosseguindo pela mesma Rodovia, no sentido Cascavel-Curitiba, passando por Mato Queimado, até atingir a estrada da Rodovia que conduz ao Distrito de Guaporé, no ponto de partida, fechando o perímetro.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;
RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 24/82, que autoriza o Poder Executivo, doar imóvel do Estado, conforme específica, à Fundação de Assistência Social e Educacional Norte Pioneiro de Jacarezinho.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI N.º 24/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Fundação de Assistência Social e Educacional Norte Pioneiro de Jacarezinho, parte do imóvel pertencente ao Estado do Paraná, com área de 9.896,00 m², localizado no perímetro urbano de Jacarezinho - Registro de Imóveis n.º 2.067, fls. 01 da Comarca de Jacarezinho, Planta Jorge Melco, situada junto ao acesso rodoviário de Jacarezinho, anexo ao Parque Residência dos Operários do DER.

Art. 2.º A presente doação fica gravada com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, que constarão da escritura de doação e destinada exclusivamente a sua utilização para fins de assistência social, revertendo ao patrimônio do Estado se esta finalidade comprovadamente não ocorrer.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de agosto de 1982.

(aa) ROSÁRIO PITELLI, Presidente;
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 37/82, que acresce parágrafos ao artigo 2.º, da Lei n.º 7.041, que dispõe sobre a fixação do efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 37/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — O artigo 2.º da Lei n.º 7.047, de 21 de novembro de 1978, que fixa o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, fica acrescido dos parágrafos 3.º e 4.º, com a seguinte redação:

“§ 3.º — A soma do resumo dos quadros de oficiais e de seus postos, previstos na presente Lei (anexo — 1) mantém-se constante.”

“§ 4.º — Para solicitação do parágrafo anterior, criam-se automaticamente vagas no quadro de oficiais QOPM em equivalência às extintas, em quantidade e postos estabelecidos no resumo dos quadros de oficiais em extinção (anexo 2).”

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 47/82, que declara de utilidade pública a “UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA”, com sede naquele município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 47/82

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de agosto de 1982.

(aa) ROSÁRIO PITELLI — Presidente
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 59/82, que autoriza o Poder Executivo doar terreno ao Sindicato Rural Patronal de Guarapuava. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 59/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Sindicato Rural Patronal de Guarapuava, parte do lote denominado 2-B, medindo 2.145,00 m², destacada da área situada em Guarapuava - Paraná, objeto da transcrição n.º de ordem 24.274, às folhas 103, do Livro 3-P, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Art. 2.º — A área de terreno, objeto da doação de que trata o artigo anterior somente poderá ser utilizada para a edificação da sede social do Sindicato Rural Patronal de Guarapuava, o que deverá ocorrer no prazo de 3 (três) anos, sob pena de reversão da mesma ao patrimônio do Estado, independentemente de qualquer interpelação ou notificação.

Art. 3.º — O imóvel objeto da doação aqui estabelecida, fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, que constarão da respectiva escritura.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 94/82, que dá nova redação e acresce novo parágrafo ao artigo 55 da Lei n.º 6.417,

de 03 de julho de 1973, alterado pela Lei n.º 7.434, de 29 de dezembro de 1980. (Lei n.º 7.434 — Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado do Paraná). — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 94/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — O artigo 55 da Lei n.º 6.417, de 03 de julho de 1973, alterado pela Lei n.º 7.434, de 29 de dezembro de 1980, passa, acrescido de novo parágrafo, a ter a seguinte redação:

“Art. 55 — O Policial Militar faz jus a importância equivalente a até 12% (doze por cento) sobre o soldo, para aquisição de fardamento.

§ 1.º — Observado o limite máximo estabelecido no “caput” deste artigo, o percentual para cálculo da referida importância será fixado pelo Governador do Estado, mediante Decreto, por proposta do Comandante-Geral da Polícia Militar.

§ 2.º — A quantia devida na conformidade deste artigo será retida e recolhida ao Conselho Econômico e Financeiro da Corporação, que a movimentará para aquisição e fornecimento dos materiais específicos, através de seus órgãos competentes.”

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 95/82, que altera os percentuais da gratificação de Função Policial Militar, conforme específica. (Código de vencimentos da Polícia Militar do Estado do Paraná, Lei n.º 7.434). — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 95/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Os percentuais da Gratificação de Função Policial Militar, estabelecidos pela Lei n.º 6.417, de 03 de julho de 1973 e modificados pela Lei n.º 7.434, de 29 de dezembro de 1980, ficam alterados, passando a vigorar na seguinte forma:

1 — 55% (cinquenta e cinco por cento) do soldo: Curso Superior de Polícia;

2 — 50% (cinquenta por cento) do soldo: Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais;

3 — 45% (quarenta e cinco por cento) do soldo: Curso de Oficiais ou Equivalente;

4 — 40% (quarenta por cento) do soldo: Curso de Formação de Oficiais; Curso de Oficiais de Administração;

5 — 35% (trinta e cinco por cento) do soldo: Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos ou Equivalente;

6 — 30% (trinta por cento) do soldo: Curso de Especialização de Sargentos ou Equivalente;

7 — 25% (vinte e cinco por cento) do soldo: Curso de Formação de Sargentos; Curso de Especialização de Praças de Graduação Inferior a Terceiro Sargento.

Art. 2.º — A Tabela de Escalonamento Vertical estabelecida por artigo 118, da Lei n.º 6.417, de 03 de julho de 1973, modificada pelas Leis n.ºs 6.839, de 22 de novembro de 1976, e n.º 7.540, de 08 de dezembro de 1981, fica alterada, passando a vigorar, para as categorias abaixo, os seguintes índices a seguir fixados:

III — Oficiais Subalternos:

a) Primeiro Tenente PM — Índice 633

b) Segundo Tenente PM — Índice 561

Art. 3.º — O artigo 93, da Lei n.º 6.417, de 03 de julho

de 1973, modificado pelo artigo 1.º da Lei n.º 7.434, de 29 de dezembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 93 — O adicional de inatividade de que trata o item 3, do artigo 78 é calculado e pago mensalmente sobre o respectivo provento de inatividade quando o Policial Militar contar com 30 (trinta) ou mais anos de serviço, nas seguintes condições:

- 1 — 10% (dez por cento) para oficiais superiores;
- 2 — 2% (dois por cento) para os demais oficiais e praças da Corporação."

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31 de agosto de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

4.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 69/82, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, que declara de utilidade pública o "ROTARY CLUBE DE MANDAGUARI", com sede e foro na cidade de Mandaguari. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM COMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO. Em votação a Emenda. — **Aprovada.** — Em votação o Projeto. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 18/82, (Mensagem n.º 15/82, ex-Proposição n.º 18/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova termo aditivo ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Paranapoema, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 19/82, (Mensagem n.º 16/82, ex-Proposição n.º 19/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o termo aditivo ao convênio firmado entre o Estado do Paraná e o Município de Presidente Castelo Branco, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 20/82, (Mensagem n.º 17/82, ex-Proposição n.º 20/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Amporã, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 21/82, (Mensagem n.º 18/82, ex-Proposição n.º 21/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o terceiro termo aditivo ao Convênio EBTU-008/80, firmado entre o Ministério dos Transportes, com a interveniência de órgãos que especifica, visando a execução do "Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustíveis". — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 55/82, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que fixa os subsídios e a verba de representação do Governador e do Vice-Governador, com vigência a partir de 15 de março de 1983. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 61/82, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, (Ex-Proposição n.º 42/82), que aprova as contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná (CABENFALE), referente ao exercício de 1981. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 80/82, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que autoriza o PODER EXECUTIVO permutar imóvel de propriedade do Estado, por outros imóveis no Município de Piraquara, conforme especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 80/82

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a permutar a área de terreno situada no lugar denominado Santo Antônio do Tarumã, medindo 15.800,00 metros quadrados, de propriedade do Estado do Paraná, objeto de parte da transcrição n.º de ordem 12.326, do livro 3-H de transcrição das Transcrições do Cartório de Registro de Imóveis da 2.a Circunscrição da Comarca da Capital, pelos imóveis constituídos pelas quadras n.os 14, 22 e 32 com 60 (sessenta) lotes e parte da Quadra n.º 03 com 08 (oito) lotes da planta denominada Jardim Veneza do Município de Piraquara, com área total de 44.187,60 metros quadrados de propriedade da Comunhão Espírita Cristã de Curitiba.

Parágrafo único — A permuta de imóveis de que trata este artigo, será efetuada independente de avaliação.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º de setembro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 68/82. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Desenvolvimento dos Municípios, consubstanciado em pedido de informações sobre despesas efetuadas pela referida Secretaria com contratos de arrendamentos mercantis. — **Aprovado.**

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

Três Srs. Deputados aprovam; dois Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da Sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.os 04, 05, 07 e 44/82.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 138/80, 152/81, 39, 43 e 53/82.

Levanta-se a Sessão.

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

Decretos Legislativos:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 177/82

aposentar, a pedido, nos termos do Art. 140, itens I e III, § 2.º,

da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA NETO, matrícula n.º 094, ocupante do cargo de Consultor Administrativo "A", do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais, correspondente ao seu cargo efetivo, acrescido de vinte por cento (20%) do Cargo em Comissão de Diretor da Diretoria Central de Orçamento, atualmente Coordenadoria de Orçamento de Programação (COPE) DAS-5; mais um (01) triênio incorporado, de acordo com o Art. 4.º, § 1.º, da Resolução n.º 2/64; cinco (05) quinquênios incorporados, de acordo com o parágrafo único do Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970; cinco (05) adicionais incorporados, de acordo com o Art. 171, §§ 1.º e 2.º, da citada Lei n.º 6174 e trinta e três vírgula trinta e três por cento (33,33%) dos respectivos vencimentos, de gratificação por serviços extraordinários, de acordo com a Lei n.º 6974, de 08 de junho de 1976. (Protoc. 5038/82)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 178/82

I — exonerar JOSÉ OSWALDO DE ALMEIDA GARCIA REDONDO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Chefe do Serviço de Assistência Social.

II — prover JONAS ZAMPIER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Chefe do Serviço de Assistência Social, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

(Protoc. 6041/82)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 179/82

aposentar, por invalidez, nos termos do Art. 138, I, combinado com o Art. 224, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária FLORIPES ALVES BOSCHI, matrícula n.º 197, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais, correspondente ao seu cargo acrescidos de dois (02) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º, parágrafo 1.º, da Resolução n.º 2/64; quatro (04) quinquênios incorporados, de acordo com o Art. 170, parágrafo único, da citada Lei n.º 6174; e Gratificação por serviços extraordinários, na base de cinquenta por cento (50%), de acordo com a Lei n.º 6974, de 08 de junho de 1976. (Protoc. 4467/82)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 180/82

aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, item II, § 1.º, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, e Art. 140, item I, da mesma Lei, THEREZINHA FORMIGHIERI SIMÕES, matrícula n.º 089, ocupante do cargo de Secretário de Comissão A, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de um (01) triênio incorporado, de acordo com o Art. 4.º, § 1.º, da Resolução n.º 2/64; cinco (05) quinquênios incorporados, de acordo com o parágrafo único, do Art. 170, da citada Lei n.º 6174; quatro (04) adicionais incorporados, de acordo com o Art. 171, §§ 1.º e 2.º, da mesma Lei n.º 6174; cinquenta por cento (50%) de gratificação dos respectivos vencimentos, por serviços extraordinários, de acordo com a Lei n.º 6974, de 08 de junho de 1976 e Gratificação de Produtividade, de acordo com a Lei n.º 6593, de 15 de agosto de 1974. (Protoc. 6042/82)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 181/82

aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, item II, combinado com o Art. 140, item I, ambos da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, HENRIQUE WOJCIK, matrícula n.º 460, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais

correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de cinco (05) quinquênios incorporados de acordo com o parágrafo único, do Art. 170, da citada Lei n.º 6174; cinco (05) adicionais incorporados de acordo com o Art. 171, §§ 1.º e 2.º, da mesma Lei; cinquenta por cento (50%) dos respectivos vencimentos, de gratificação por Serviços Extraordinários, nos termos da Lei n.º 6974, de 08 de junho de 1976 e Função Gratificada Símbolo 2-F, de acordo com o Art. 140, item III, da referida Lei n.º 6174. (Protoc. 6043/82)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 182/82

aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, item II, § 1.º, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, e Art. 140, item I, da mesma Lei, CARMEM APARECIDA FREGONEZE, matrícula n.º 098, ocupante do cargo de Secretário de Comissão A, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescido de três (03) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º, § 1.º, da Resolução n.º 2/64; cinco (05) quinquênios incorporados de acordo com o parágrafo único, do Art. 170, da citada Lei n.º 6174; três (03) adicionais incorporados de acordo com o Art. 171, da mesma Lei n.º 6174; cinquenta por cento (50%) dos respectivos vencimentos, de Gratificação por Serviços Extraordinários, de acordo com a Lei n.º 6974, de 08 de junho de 1976; Gratificação de Produtividade, nos termos da Lei n.º 6593, de 15 de agosto de 1974 e Função Gratificada, Símbolo 1-F, de acordo com o Art. 140, item III, da referida Lei n.º 6174. (Protoc. 6321/82)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 183/82

Art. 1.º — Fica homologado o resultado do Concurso efetuado nos termos do Decreto Legislativo n.º 283/81.

Art. 2.º — Conceder acesso aos funcionários relacionados, tendo em vista suas classificações no Concurso realizado, nos cargos conforme especifica:

ASSESSOR LEGISLATIVO "B" AL.104.7

1.º — HELENA REGINA STEPHAN — Mat. 076

2.º — DOROTI WOLKMER LINHARES — Mat. 088

3.º — LUIZ LIMA — Mat. 504

ASSESSOR ADMINISTRATIVO "B" AL.106.7

1.º — JOSÉ CARLOS PEREIRA PAIVA — Mat. 180

ASSISTENTE DE COMISSÃO "B" AL.105.7

1.º — LELINGTON LOBO FRANCO — Mat. 421

2.º — GAUDÊNCIA GIL TEIXEIRA — Mat. 262

3.º — MARIA DO ROSÁRIO MARQUES — Mat. 064

4.º — CELSO MARIANO DOS SANTOS — Mat. 165

5.º — ÁLVARO SÉRGIO MARAVALHAS — Mat. 030

Art. 3.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13/08/82.

(aa) JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SQUAREZI — 2.º Secretário

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

Portarias:

223

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA NETO, matrícula n.º 094, ocupante do cargo de

Consultor Administrativo "A", do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) anos, correspondentes ao dobro das licenças especiais a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 2.º e 3.º decênios, compreendidos entre 05 de agosto de 1960 e 05 de dezembro de 1968, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 1.º decênio e das férias referentes aos anos de 1960, 1964, 1965 e 1967, contadas em dobro, e entre 05 de dezembro de 1968 e 05 de dezembro de 1977, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 2.º decênio e das férias referentes aos anos de 1976 e 1977, contadas em dobro; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o mesmo dispositivo legal, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro

da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 7.º quinquênio, compreendido entre 05 de agosto de 1977 e 05 de agosto de 1981, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 3.º quinquênio. (Protoc. 5038/82)

PORTARIA N.º 224/82

Desingar os funcionários JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO, ANTÔNIO GULBINO, JONAS ZAMPIER e ESVERBEN GUIMARÃES PLAISANT, para, sob a presidência do primeiro constituírem Comissão, a fim de apurar as denúncias relatadas no protocolado n.º 5726/82. (Protoc. 5726/82)

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de agosto de 1982.
(a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS — Diretor Geral